



## GT 045. Moralidades, afetos e políticas: sobre e das relações de gênero entre indígenas

Patricia Carvalho Rosa (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) - Coordenador/a, Elizabeth de Paula Pissolato (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Diógenes Egidio Cariaga (PPGAS/UFSC) - Debatedor/a, Suzana Cavalheiro de Jesus (Universidade Federal do Pampa) - Debatedor/a, Andrea Carvalho Mendes de Oliveira Castro (Universidade Federal do Paraná) - Debatedor/a

O GT pretende colocar em diálogo pesquisas que refletem sobre os modos indígenas de elaboração e significação de suas noções de identidades de gênero e sexuais diante de suas existências híbridas quando observamos as escalas de mobilidades/trânsitos de referentes morais e éticos que passam a circular e constituir seus cotidianos. Estes referentes plurais têm conectado diferentes pontos de vista entre os coletivos ameríndios; nos modos como as narrativas sobre pessoa, corpo, parentesco não estão distantes de relações que envolvem distintos regimes de alteridade e relações de poder. Sob tais condições sempre plásticas e conjunturais de produzir gradientes relacionais, etnografias recentes conduzem nossos olhares às considerações dos fatores que contribuem para a heterogeneidade de experiências indígenas relativas às problemáticas de gênero que atravessam as estruturas simbólicas e práticas coletivas. Entre estes processos a afiliação religiosa, idade, escolarização, relações com o sistema de saúde, mobilidades e migração, gestão dos territórios, são fatores transversais que intersectam elementos culturais, históricos e políticos que cominam nas cosmopolíticas efeitos conceituais, de tradução, manejo das diferenças e experimentações de vivências diferenciadas. Esperamos reunir pesquisas que reflitam sobre os (re)posicionamentos dos entendimentos indígenas sobre os domínios, relações e agenciamentos masculinos e femininos e como estes vem vivenciando e significando estes processos.

### **Lugares morais das mulheres na exogamia linguística das sociedades tucano no Vaupés ? Alto Rio Negro**

**Autoria:** Maria Rossi Idarraga

Entre os povos indígenas de línguas tukano no noroeste amazônico, entre os critérios mais estudados para entender o sistema e para falar das diferenciações entre grupos étnicos e familiares, estão a exogamia linguística, a patrilinearidade da descendência e a patrilocalidade da residência, todos eles como modelo de parentesco. Entre as análises mais conhecidas da região há um certo acordo nas representações das mulheres como estrangeiras diante os grupos dos seus maridos e filhos, nos quais passariam a maior parte da sua vida. E como ausentes diante sua família paterna, da qual saem ainda jovens, para casar e ter filhos com outro grupo. As representações delas como estrangeiras se acompanham de lugares morais de desconfiança e suspeita (narradas como trapaceiras ou como não atuando pelos interesses coletivos); de uma tematização negativa do poder feminino; e de uma representação da sexualidade feminina como potencialmente perigosa para os homens e como parte de um conjunto de comportamentos moralmente negativo. Isto inclui que a solidariedade masculina é construída em oposição a elas, já que sendo todas estrangeiras, representam um risco para a unidade entre os homens (Hugh Jones, 201; Jackson 1968 1970, 1988; Chernela 1984). Recuperando discussões sobre troca de mulheres (Rubin, 2011) cabe se perguntar pela função da ideia de reciprocidade e de dádiva, num cenário em que o roubo faz parte das possibilidades;



quer dizer, onde conseguir uma mulher tem valor, inclusive se com isto não se criam ou correspondem vínculos com outros homens. Com isto, levo a pergunta para os vínculos das mulheres: Se uma mulher doada é o meio para a construção de parentesco e de sociedade, o que é uma mulher roubada? Se não foge (inclusive se não foge porque não quer), quem são seus parentes? Quem lhe deve reciprocidade? Que coletividade pode acolher esta mulher? E, quem a reconhece como igual? No esquema de grupos de filiação patrilinear, inclusive seus filhos e filhas, não a reconhecerão como membro do mesmo grupo. Qual é seu lugar social então? Ou parafraseando a Jackson (2001, p. 385): "como um grupo social que exclui às mães, conjugues e filhos das irmãs de todos seus membros, poderia ser chamado "cultura", "tribo" ou "grupo étnico"?. Dentro desses critérios estou propondo pensar que os limites da diferenciação étnica, estão nas mulheres e na sua posição encarnando alianças entre grupos que se diferenciam. Com esta premissa, analiso as consequências das articulações de moralidade, gênero e etnicidade. Pergunto: que consequências têm localizar a traição como condição das possibilidades de solidariedade feminina? Quem trai e quem é traído? Como são definidas lealdades e pertencimentos? Qual é o lugar de alguém que não pode exercer lealdade com ninguém?



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

